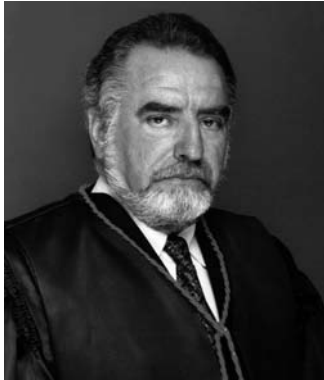




PROGRAMA
HISTÓRIA
ORAL

DESEMBARGADOR
NATANAEL CAETANO
FERNANDES



ENTREVISTA CONCEDIDA PELO DESEMBARGADOR NATANAEL CAETANO FERNANDES AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDF

Natural de Mossâmedes/Goiás (1943), é filho de João Caetano Fernandes e de Acylina Caetano Ferreira, é casado com Deleane Camargo de Santana Fernandes – com quem teve três filhos. Iniciou sua vida pública em 1964, quando, mediante concurso, ingressou nos quadros de servidores da Centrais Elétricas de Goiás S.A. Concluiu o Curso de Direito na UFG – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás – em 1968, sendo aprovado em 1969, no concurso público do Ministério Público de Goiás. No mesmo ano, após novo concurso público, ingressou na magistratura do Estado de Goiás. Em janeiro de 1970, assumiu o Cargo de juiz de Direito do Estado de Goiás, presidindo na 1ª Entrância de Joviânia, as eleições de 1970, 1972 e 1974. Em 1975, é aprovado e nomeado para o cargo de Juiz Substituto da Justiça de 1ª Instância do DF, permanecendo até 1979, tendo exercido a jurisdição em

todas as Varas Cíveis e Criminais. Em 1979, foi promovido por merecimento, a Juiz de Direito da 9ª Vara Criminal da Justiça do DF; em 1982, foi removido a pedido para a 2ª Vara da Fazenda Pública do DF; foi Diretor do Fórum da Circunscrição Judiciária de Brasília, entre 1982 a 1986; integrou Comissão Especial, a fim de estudar a viabilidade da criação e instalação da Escola da Magistratura do Distrito Federal; entre 1983 e 1984, Diretor da AMAGIS/DF; em 1986, foi designado para exercer a função de Juiz Eleitoral Auxiliar; no mesmo ano outra designação, agora pelo Presidente do TRE/DF, para “adotar as providências necessárias com vista ao estabelecimento de esquema de segurança para o pleito 15/11/86”; em 1987, foi nomeado Juiz Eleitoral da 2ª Zona Eleitoral do DF, cargo que ocupou até 1990, ano em que foi indicado, à unanimidade, para compor o TRE/DF, na condição de Juiz, para o biênio 1990-1992; em outubro de 1990 foi promovido, por merecimento, à unanimidade, ao cargo de Desembargador; entre 1992 e 1993, presidiu a 2ª

Turma Cível e respondeu pela Vice-Presidência do TJDF; entre 1992 e 1993, integrou a Co-

missão de Concurso para ingresso na Magistratura do DF; entre 1993 a 1994, foi designado Diretor da Escola Superior de Magistratura do DF; em 1994, indicado, por unanimidade, para o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, tendo sido eleito, também, por unanimidade, seu Presidente no biênio 1994-1996; em 1995, eleito integrante do Conselho Executivo do Colégio de Presidentes de Tribunais Eleitorais do Brasil, por aclamação, e Presidente da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; em 15/03/1996, eleito por unanimidade de votos, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para o biênio 1996-1998. Foi eleito Presidente do TJDF para o biênio 2002-2004.

Doutor Sebastião Rios Correa

Desembargador Natanael, hoje temos o prazer de entrevistá-lo, para ficar registrada, na Memória do Tribunal, a sua passagem pela Justiça do Distrito Federal. A passagem foi marcante. Você entrou aqui como Juiz de carreira, foi promovido a Desembargador, foi Presidente do Tribunal de Justiça, não somente do Tribunal de Justiça, mas, também, do Tribunal Regional Eleitoral. Então, é importante que você deixe consignado, aqui, na história do Tribunal de Justiça, a face relevante de sua passagem por toda a Justiça do Distrito Federal.

Gostaríamos, inicialmente, de que você contasse um pouco da sua vida pessoal: onde você nasceu; onde você fez os primeiros estudos, ensino fundamental ou o primário, como era naquela época. Gostaríamos que você começasse essa entrevista contando um pouco da sua vida pessoal.

Desembargador Natanael Caetano

Sou goiano. Nasci no que antigamente era o município de Goiás Velho, depois passou a ser município e, hoje, é Comarca de Mossâmedes. Lá

eu nasci no dia 17 de julho de 1943. Fiquei lá até os oito anos. Depois, fomos para a Cidade de Goiás, para que os meninos maiores pudessem continuar os estudos e eu também. Fiz até a segunda série do ginásio no Liceu de Goiás. Depois mudamos para Goiânia, e terminei o curso ginasial no Liceu de Goiânia. Fiz o 2º Grau. Fiz a Faculdade de Direito na Universidade Federal e, logo depois, já fiz concurso para o Ministério Público de Goiás. Logrei aprovação, mas não quis assumir porque não tinha perfil para Promotor, sabia que não tinha e nem era minha intenção ser Promotor. Fiz o Curso de Direito para ser Juiz. Então, com vinte e seis anos ingressei na Magistratura de Goiás. Assumi no que antigamente se chamava zona judiciária.

O Estado de Goiás era dividido em zonas judiciárias; municípios que ainda não eram comarcas, mas no conjunto de municípios se formavam as zonas judiciárias. Assumi a 9.a Zona Judiciária, que tinha como municípios: Formoso, Santa Tereza, Mutunópolis e Estrela do Norte. Fixei Estrela do Norte como sede da 9.a Zona Judiciária. Fui eu quem fixou e, hoje, é Comarca, que, segundo consta, é muito movimentada. Quando terminei de fazer uma inspeção na 9ª Zona Judiciária e voltei para Goiânia e já havia uma portaria do Presidente do Tribunal de Justiça – que, na época, era o Desembargador Romeu Pires de Campos Barros – designando-me para uma comarca de primeira entrância, que era Joviânia, no sul de Goiás, perto de Pontalina, perto de Goiatuba. Para lá eu fui e fiquei seis anos como Juiz.

É interessante que, nessa ocasião, o Juiz era solicitado para todas as coisas numa comarca pequena como aquela. Então, de coroar Nossa Senhora

a diplomar alunos do MOBREAL eu fiz. E penso que fiz alguma coisa pela cidade, porque o primeiro piano que chegou à cidade foi quando fui para lá como Juiz de Direito, e a pianista era a Deleane, minha mulher, não era eu. E há um aspecto pitoresco, porque isso chamou muita atenção: os meninos da cidade, todos queriam ver aquele “negócio” estranho. Ali fiquei seis anos, exercendo a minha judicatura. Não tive problema, apesar de que era época do bipartidarismo: ARENA e MDB, mas não tive problema de nenhuma ordem com o exercício da judicatura lá. Fui professor no colégio; fui um dos fundadores do Curso Normal, porque lá não havia 2º grau. Com muita insistência, criamos o Curso Normal, em Joviânia. Hoje, temos até um Desembargador no Estado de Mato Grosso, que fez o Curso Normal lá e fez o Curso de Direito. Eu que o ensinei a trabalhar como advogado. E, assim, fiz alguma coisa pela comarca, tanto que, quando já era Juiz aqui em Brasília, uns tantos anos depois, conferiram-me o título de Cidadão Jovaniense, por tudo que havia feito pela Comarca e Município. Penso que não justificava isso, mas, para mim, foi gratificante, porque foi o reconhecimento da minha atuação, lá, como Juiz.

Saí de Joviânia porque, a essa altura, já tínhamos duas filhas, Ana Celina e Yonara que precisavam de colégio e lá em Joviânia não havia um. Então, falei: “Vou fazer o concurso para Brasília, para ver se consigo passar lá”. Fiz a inscrição, consegui passar e viemos para cá.

Mas quero dizer, também, uma coisa interessante do meu ingresso

na magistratura de Goiás. No dia do meu casamento, fiz duas provas do concurso para Juiz: fiz uma prova de manhã, fiz uma prova à tarde e casei à noite.

Doutor Sebastião Rios Correa

Olha só!

Desembargadora Maria Thereza Braga

Haja equilíbrio.

Desembargador Natanael Caetano

Passei nas três provas. (risos)

Mas isso é uma coisa interessante, porque não é muito comum. O professor Romeu, que era examinador, quando me viu lá para fazer a prova disse: “Mas rapaz, você não vai casar hoje?” Falei: “Mas vocês marcaram a prova para o dia do meu casamento, o que eu vou fazer?!”

A minha atividade lá foi essa.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Então, a sua motivação para vir para Brasília era mais para criar condições para os filhos?

Desembargador Natanael Caetano

Condições para os filhos, de colégio, para estudar. Na verdade, antes de fazer o concurso e passar aqui, já havia feito um propósito de sair de Joviânia. Ia deixar a magistratura, porque não tinha condições de sair de lá; era uma comarca de primeira entrância. O meu sogro era Procurador do Estado e muitos Desembargadores da época deviam a carreira a ele. Foi naquele tempo de política, quando se facilitavam as coisas na

base da política. E eles falavam com o meu sogro: “Domingos Leite, você nunca me pediu nada!” Então, quando vagava uma comarca de segunda entrância, ele ia atrás de mim, porque lá na comarca não tinha telefone: “Olha, vagou a comarca tal, se você quiser ir para lá, promovido, tenho condições de falar com tantos Desembargadores, e tal, etc., etc.”. Eu dizia: “O senhor não tem a minha autorização para fazer isso, porque para promoção só existem dois critérios: antiguidade e merecimento. Eu não sou o mais antigo e merecimento a gente não diz para os outros que tem. Então, prefiro não ser promovido”. E assim foi. Fiquei lá seis anos, numa cidade sem telefone, sem televisão, energia elétrica paupérrima e as meninas precisando de colégio. Resolvi vir para cá.

Antes, fui convidado para ser advogado da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás. O presidente insistiu muito comigo para que eu fosse trabalhar lá, porque ele gostava do meu trabalho como Juiz; tive muitas ações rurais, ações de terras, problemas de terras. Ele apreciava muito o meu trabalho. Quando disse que estava pensando em sair, ele falou: “Você vai trabalhar na FETAEG”. Tinha um corpo de advogados de elite, eram os melhores advogados de Goiás e trabalhavam lá. Pensei com os meus botões: “arranjei um emprego. Comprei telefone, comprei um lote para fazer uma casinha, se eu não passar no concurso de Juiz de Direito em Brasília, venho para cá, vou ser advogado da FETAEG”. Mas, passei no concurso.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Foi em que ano, Desembargador?

Desembargador Natanael Caetano

Isso foi em 1975, o concurso que fiz. Assumi aqui no dia 21 ou 22 de janeiro de 1976. E,

como Juiz de Direito, fui o que podia ter sido. Fui Diretor de Fórum em três gestões: do Desembargador Helládio Toledo Monteiro, do Desembargador Antônio Honório P. de Oliveira Junior e Des^o. Maria Thereza, fazendo o que podia. Naquele tempo, o Diretor do Fórum tinha uma série de incumbência. Inclusive, os problemas todos do prédio era o Diretor do Fórum que resolvia. Até para redimensionamento dos espaços, o Diretor do Fórum era ouvido, ele que opinava; mandava lavar a caixa d’água, substituição de lâmpadas, tudo era problema do Diretor do Fórum.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Era um Diretor Executivo.

Desembargador Natanael Caetano

Exatamente.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Cuidar de verbas, também.

Desembargador Natanael Caetano

Cuidar de verbas.

Desembargadora Maria Thereza Braga

De pessoal.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Era nesse prédio aqui, o Bloco A?

Desembargador Natanael Caetano

Bloco A.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

É, estava muito precário naquela época.

Desembargador Natanael Caetano

Estava precário. A gente tinha muito trabalho. Mas foi bom, foi gratificante. E, no exercício da minha atividade, recebi diversas incumbências: fui Presidente da Comissão Permanente de Correição dos Cartórios Judiciais e Extra-judiciais do Distrito Federal e Territórios. Nessa condição, viajei para o Território do Amapá, quando era Corregedor o Desembargador Waldir Meuren, com a incumbência de fazer um levantamento, no Território, da aquisição de terras por estrangeiros. Isso era, basicamente, a finalidade da minha ida ao Território. E também fazer uma correição geral nos cartórios. E, nessa condição, viajei para o Amapá. Fiquei lá alguns dias. Viajei de carro para todas as circunscrições do Amapá: Calçoene, Marzagão, Amapá, Marzagão e Diapoque.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

De carro e de lancha, porque tem um pedaço...

Desembargador Natanael Caetano

Para Marzagão, fui de carro; passava de balsa naqueles rios. Voltei de lancha para Macapá. A única circunscrição judiciária a que fui de avião foi para o Oiapoque, porque, na época, não havia estrada asfaltada e a chuva era permanente, constante, então, carro não passava, além de ser muito longe de Macapá para lá.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Extremo norte.

Desembargador Natanael Caetano

Então, fui também para o Oiapoque. E ali, interessante, que o Dr. João Alves, aquele juiz aposentado que era juiz de Macapá, foi comigo, e quando estava marcado, por rádio, que iríamos para o Oiapoque, eles passaram um rádio de lá perguntando quantas pessoas iriam para ver se havia condições de fazer comida para todos nós. Era uma pobreza total lá no Oiapoque. Nós fomos, éramos quatro pessoas, não mais que isso, e fiz a correição nos cartórios.

O único local do Território do Amapá que não fui era o chamado Bailique. Bailique é uma ilha e lá só se chega de barco ou de paraquedas; não tem nem jeito de descer lá. Não fui porque estava informado de que lá havia apenas um cartório de registro civil, portanto não havia razão para ir lá.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Preciso contar um pequeno fato sobre esse Bailique. Fui ao Amapá, também, fazer correição, mas tinha também de despachar os processos, porque foi à portaria que recebi. E tinha um réu que morava nessa ilha, Bailique, e o oficial de justiça deu a certidão dizendo que não podia ir lá, porque o local era "inacessível".

Desembargador Natanael Caetano

É praticamente inacessível.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Local inacessível. Eu nunca tinha visto uma certidão dessas: não era “incerto e não sabido”, o local era “inacessível”.

Desembargador Natanael Caetano

Lá só se chega da forma que falei.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Então, chamei o oficial e perguntei por que era inacessível, e ele disse: “Porque se eu errar sair daqui vou para o meio do oceano e morro. A minha canoa é muito pequena; ela vira lá e eu morro”.

Desembargador Natanael Caetano

Bailique era isso mesmo, então lá eu não fui.

Doutor Sebastião Rios Correa

Mas achei estranho você falar do telefonema para preparar a refeição para vocês; vocês estavam ao lado da França.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Mas a comunicação, naquela época, com a França, através do rio era difícil, não era Desembargador Natanael?

Desembargador Natanael Caetano

E havia uma rivalidade muito grande entre os moradores de São Jorge do Oiapoque, que é da Guiana Francesa, com os brasileiros do Oiapoque.

Anotei diversas peculiaridades interessantes. Quando o pessoal de São Jorge do Oiapoque precisava comprar açúcar e outros gêneros alimentícios, vinha comprar no

Brasil, porque aqui era açúcar cristal de cana e lá era açúcar de beterraba. Eles preferiam o nosso. Eles vinham aqui, na cidade de Oiapoque, para fazer a compra e o pessoal do Oiapoque colocava o câmbio a bel-prazer, já para provocar o pessoal da França. Mas, em compensação, no Oiapoque combustível, tantas coisas e eles iam comprar em São Jorge do Oiapoque. Lá, eles davam o troco; botavam o câmbio lá em cima. Havia uma rivalidade muito engraçada. E quando eu fui a São Jorge do Oiapoque, aproveitei e desci num iate com bandeira brasileira. Quando aportamos no cais de São Jorge do Oiapoque, ficou todo mundo olhando a embarcação, e ouvi um cidadão francês dizer: “É brasileiro; brasileiro não tem nem língua, fala a língua de Portugal!” Para provocar todo mundo que estava chegando lá. (Risos) Achei muito engraçada a rivalidade que havia. Então, não havia esse intercâmbio mais intenso que o Rios estava dizendo, que estávamos perto da França e poderíamos ter uma recepção como quisessem, mas é porque a rivalidade era grande e a dificuldade era enorme.

Eu quero dizer também que, na época em que fui ao antigo Território do Amapá, não havia nenhum registro de imóvel em nenhum cartório, nem mesmo de Macapá. Na cidade de Macapá, era termo de ocupação que davam para o cidadão construir no lote. Não havia documento registrado, não encontrei um único registro de terras, nem de brasileiros nem de estrangeiros. Podia ter até estrangeiros ocupando terras por lá, mas em regime de cessão, de ocupação, não de propriedade; não havia registro de propriedade. Isso era em todo o Território do Amapá.

Bom, depois, quando eu fui para o Amapá – aqui eu já era Juiz Titular da antiga 4ª Vara Criminal,

deixei um pedido de remoção para a 2ª Vara da Fazenda Pública –, recebi a notícia de que havia sido removido. Estava em plena atividade no Amapá. Então, de lá voltei para Brasília, fiz o meu trabalho: um relatório longo para o Corregedor e assumi a 2ª Vara da Fazenda Pública, onde fiquei mais de dez anos. Nesse período foi que desempenhei as atividades de Diretor do Fórum, de Presidente de Comissão de Correição e de várias comissões que presidi ou das quais participei.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Nessa época da Vara da Fazenda Pública, Desembargador, qual era a situação fundiária do Distrito Federal na sua visão?

Desembargador Natanael Caetano

A situação fundiária do Distrito Federal já era bastante confusa. Eu, como Juiz da Vara de Fazenda, cheguei a insistir com o Procurador Geral do Distrito Federal, à época – não lembro mais quem era –, para que promovesse, enquanto era possível localizar alguns marcos que existiam como referência nos diversos processos de expropriação do Distrito Federal, uma ação discriminatória para definir, sem nenhuma dúvida, o que era do Distrito Federal, o que não era, o que havia sido desapropriado, o que não havia sido. Mas não quiseram fazer.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Isso teria sido uma coisa maravilhosa!

Desembargador Natanael Caetano

Fantástica, fantástica! Evitaria todos os problemas que estamos tendo hoje. Mas eles achavam que era muito pesado, muito difícil, custoso, porque era bem frequente – o Desembargador Hermenegildo Gonçalves foi Juiz de Vara de Fazenda também e sabe disso –, a gente verificar uma desapropriação. A desapropriação era demarcada, partindo da beira de uma grota assim assado, onde existe um tamboril, qualquer coisa dessa natureza, vamos dizer assim, dali em linha reta até tal ponto, desapropriava aquilo. E o desapropriado falava: “Eu concordo com a desapropriação, mas quero reservar uma área para mim”, e essa área nunca era demarcada e o cidadão continuava morando lá. Então, a situação fundiária já era confusa naquele tempo e poderia ter sido melhorada se tivessem me ouvido em fazer uma ação discriminatória, porque ainda era possível. Brasília era pequena, não estava tão fragmentada a zona rural, era bem mais fácil. Não havia condomínios, não havia nada. Era muito mais fácil fazer naquela época.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Teria sido maravilhoso!

Desembargador Luiz Cláudio de Almeida Abreu

Mas essa ação foi proposta pela TERRACAP tempos depois, a ação demarcatória, e não foi julgada até hoje. São cerca de oitenta réus, está na 3ª Vara da Fazenda. Agora, nesses dias, foi determinada uma perícia nela e a TERRACAP resiste em depositar o dinheiro da perícia, porque é uma quantia muito elevada, é uma perícia difícilíssima e até hoje essa situação não está resolvida.

Envolve toda aquela área da

Taboquinha e a contígua a ela, envolve ali todo o Jardim Botânico.

Desembargador Natanael Caetano

Mas naquela época que eu propus, não havia essa fragmentação e não era uma ação demarcatória, eu queria que eles fizessem uma ação discriminatória, seria a mais correta e mais eficiente, mas não foi possível fazer.

Doutor Sebastião Rios Correa

Por que não havia interesse do GDF?

Desembargador Natanael Caetano

Não sei. O GDF não revelou interesse nisso, não. E também não ficava barata essa discriminatória, o Distrito Federal teria de desembolsar uma soma grande, um trabalho longo, demorado.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Mas eles cadastrariam toda a propriedade; esse seria o grande valor: você poderia trabalhar com segurança, e nunca fizeram isso.

Doutor Sebastião Rios Correa

Só uma pergunta, quando houve a desapropriação, quem fez a desapropriação foi o Estado de Goiás. Então, o Estado de Goiás passou para a NOVACAP, não é isso? Não foi desapropriada toda essa área? Ficou alguma área particular?

Desembargador Natanael Caetano

Ficou muita área particular.

Desembargador Luiz Cláudio de Almeida Abreu

Há uma sentença possessória sua, também, dessa época, que fala isso: dada a dificuldade em definir o domínio, manteve-se grande parte na posse privada dessas terras da Taboquinha e da outra fazenda. E hoje, onde estão os condomínios, discute-se o domínio dessa sua sentença, que foi mantida pelo Tribunal.

Desembargador Natanael Caetano

É verdade, não tinha possibilidade de a gente decidir de outra forma.

Desembargador Luiz Cláudio de Almeida Abreu

Na verdade, a TERRACAP sempre teve receio de estar na prova contrária o domínio dela.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Ela afirmava que era proprietária.

Desembargador Natanael Caetano

Ela se dizia proprietária de todas as terras dentro do quadrilátero do Distrito Federal. Aliás, essa era a tese do Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, que todo mundo aqui conhece. Ele dizia que, desde que se previu o quadrilátero para a construção do Distrito Federal, eram terras da União. Mas não foi isso que aconteceu, a verdade é essa. E com as desapropriações várias, doações de terras, houve também isso, a situação não ficou definida, não é possível, hoje, se dizer que determinada gleba de terra é absolutamente do Distrito Federal, da TERRACAP, ou se também tem propriedade particular dentro dela. Portanto, a situação fundiária era aquela, como é hoje, difícil de resolver.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

○ Tribunal vai instalar uma Vara Fundiária, não é?

Desembargador Natanael Caetano

Vai, mas é para efeito de acompanhar a expansão de Brasília para evitar invasões, para evitar ocupações irregulares...

Desembargadora Maria Thereza Braga

Destinações diferentes...

Desembargador Natanael Caetano

A proposta de criação dessa Vara...

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Ela, com certeza, não ficará com toda a competência para essas questões de terras, senão não vai dar conta.

Desembargador Natanael Caetano

Mas a ideia é mais ou menos isso: não são todas, mas pelo menos aquelas que trazem grandes problemas de mananciais, de reservas biológicas, de meio ambiente e tudo mais.

A criação dessa Vara foi proposta minha. Elaborei o projeto da atual organização judiciária, que foi aprovada agora, quando era Presidente do Tribunal, e encaminhei o projeto propondo diversas modificações; alguma delas, a maioria foi aceita, e, no que o projeto sofreu alterações, modéstia à parte, foi para piorar.

Se

tivesse sido aprovado como eu mandei... Fiz estudos científicos para propor o que eu propus, mas aí entra o interesse político, deputado fulano de tal, e a coisa foi modificada. Mas, de qualquer forma, essas varas novas, com competências novas, inclusive criação de novos Juizados da Infância e da Juventude... Porque era impossível, Brasília, do tamanho que está, com quase dois milhões e seiscentos mil habitantes ter uma Vara de Menores. O cidadão que mora lá na expansão do Setor O, da Ceilândia, precisa de uma coisa qualquer, mínima, aqui no Juizado de Menores, tem de vir de lá aqui para resolver. Então, também fiz um estudo da divisão, quantidade e número de habitantes para propor a criação das Varas nos diversos locais. Não aprovaram como foi proposta, mas já criaram outra Vara da Infância e da Juventude, segundo estou informado, e isso já melhora bastante para o jurisdicionado.

E, assim, fiquei aqui. Fui designado Juiz Eleitoral, por ato da Desembargadora Maria Thereza Braga. Fui Juiz da 2ª Zona Judiciária; presidi eleições. Posteriormente, fui para o Tribunal Eleitoral como Juiz, na gestão do Desembargador José Manoel Coelho, quando saiu a minha promoção para Desembargador. Depois de algum tempo, fui para o Tribunal Regional Eleitoral, já na condição de Desembargador, e vim a ser o seu presidente pelo biênio 2002/2004, se não me engano. Também presidi as eleições. Houve eleições gerais no País, que foram de Presidente da República a Vereador, e aqui no Distrito Federal eu fiz também essa eleição.

Como presidente do Tribunal Regional Eleitoral, eu, modéstia à parte, imprimi um critério diferente de administrar o Regional Eleitoral. Naquele tempo, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral não

dava expediente lá, ele trabalhava aqui no Tribunal e o pessoal trazia expedientes para ele assinar. Quando eu assumi, trabalhava no Tribunal de Justiça até as 17h, por aí, ia para o Tribunal Regional Eleitoral e ficava até 20h, 21h..., despachando lá. Depois de mim todos os outros presidentes fizeram a mesma coisa, todos passaram a dar expediente lá, e eu considero que isso valorizou bastante a Justiça Eleitoral, tanto que, depois que eu já estava fora do Tribunal, uns quatro ou cinco anos, eles criaram o auditório do Tribunal Regional Eleitoral e deram ao auditório o meu nome. Foi um abaixo-assinado dos funcionários do Tribunal, pedindo que dessem o meu nome ao auditório em razão da minha atuação e porque prestigiei o Tribunal e os funcionários da Casa; não dei nenhuma função comissionada para gente de fora.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Deixa eu te lembrar um fato, porque certamente você contribuiu para a edificação do prédio que hoje o Tribunal tem como sede.

Eu fui presidente do Tribunal antes, era o mais antigo, e transferei o Tribunal Eleitoral do nosso prédio, porque ele morava no nosso prédio, para lá. Foi difícil achar. Achamos aquele prédio ali, alugamos, o prédio era da União, mas logo na primeira semana que nos instalamos lá, apareceu um oficial de justiça para penhorar os dois andares onde estava o Tribunal. O Diretor-Geral me comunicou e eu falei: “Bem, eu ia para aí agora, mas não vou mais, vou ligar para o presidente do TSE – que era o Ministro Sepúlveda Pertence – e vou explicar a ele como é essa história; a gente faz um esforço, aqui, danado!” Aí, eu, ad cautelam, falei para o Diretor-Geral, que era o Falcão: “Você fala para esse oficial de justiça que ele vá para outros andares; o prédio é muito grande!”. (risos) Então, quando eu voltei, na

primeira sessão do Tribunal contei o fato para todos: “Olha, esse Tribunal só vai ter sossego no dia em que tiver sua casa própria. Vejam, nós gastamos aqui para adaptar esses andares, alugamos – isso aqui era um banco –, me disseram que era da União, agora vem um juiz trabalhista e manda penhorar!”. E eu estava com aquilo na cabeça, mas é claro que depois eu saí, e penso que foram muito felizes os que me seguiram, porque fizeram o prédio do Tribunal, senão nunca teríamos sossego.

Desembargador Natanael Caetano

Havia, naquele tempo, um projeto do prédio. Eu falei: “Quero dar continuidade a isso para ver se a gente implanta a nossa sede”. Aí, veio o projeto para mim. O arquiteto veio, reuni-me com ele e dei uma enxugada no projeto, porque ele previa coisas muito caras no revestimento do prédio, granito para tudo quanto é lado. Pensei: “Não, nós não precisamos disso, precisamos de um Tribunal para trabalhar, não precisamos de ostentação”, e fui cortando coisa lá, cortando, cortando e virou o que ficou aqui hoje. Tanto que, quando eu saí do Tribunal, deixei lançada a pedra fundamental e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para os que me sucedessem, se quisessem, iniciar a construção. O Edmundo Minervino não teve interesse em dar continuidade a esse projeto, mas o Jeronymo de Souza fez. Com esse enxugamento do projeto, foi possível fazer o prédio, que saiu a R\$ 537,00 (quinhentos e trinta e sete reais) o m² de construção, e é um prédio que atende satisfatoriamente.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Esse é um fato histórico importante. Essas coisas não estão em lugar nenhum.

Desembargador Natanael Caetano

E aqui, quando eu era presidente do Tribunal, havia sido feita a reforma para a construção desse prédio, e havia, no saguão do prédio, vocês todos lembram disso, os nomes dos Desembargadores da época e dos Juízes. Revirei meio mundo para achar os nomes e encontrei alguma coisa. Estava jogado fora; sem nenhuma consideração com a história do Tribunal. Fiquei chateado com aquilo, revirei meio mundo, criei essa Secretaria de Gestão Documental e encarreguei a secretária de fazer um levantamento de tudo o que pudesse ser encontrado a respeito. Foi com base no que se encontrou – alguma coisa – que nós fizemos uma exposição no STJ sobre a história do Tribunal. Ficou linda a exposição – modéstia à parte, ficou muito bem feita –, com a participação do Nelson Jobim, que, na época, era Ministro do TSE; o Presidente do STJ... Todos participaram, gostaram muito, foi algo fantástico. Isso eu não sei o que virou...

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Existe algum documento, alguma coisa sobre isso?

Desembargador Natanael Caetano

Eu até tenho algumas fotografias de alguns painéis, mas a intenção era resgatar a história do Tribunal, a começar pelos nomes que estavam no saguão e eu não consegui. Mas penso que isso ainda é possível, nunca desisti, nunca considerei que estivesse perdido não.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Havia uma placa, não é verdade? Há uma suspeita de que ela foi derretida.

Desembargador Natanael Caetano

Não é possível, não posso acreditar numa coisa dessas.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Doutor Rios está à procura dessa placa, o tempo todo; não encontramos ainda a placa.

Desembargador Natanael Caetano

Não encontra.

Desembargador Luiz Cláudio de Almeida Abreu

Eu reclamei com o Edmundo Minervino, de maneira até certo ponto severa, com relação a isso, a placa desse prédio aqui, que é de 1966 ou 1967, conta a história da inauguração. Não haveria problema nenhum fazer uma segunda placa da ampliação e reinauguração do Tribunal de Justiça, e mais ainda, desses nomes que estavam lá na entrada...

Desembargadora Maria Thereza Braga

No saguão do Bloco A...

Desembargador Luiz Cláudio de Almeida Abreu

Estamos nós, os Juízes de Direito da época, substituídos, que era o Irajá Pimentel, o Dirceu de Farias, eu e o Carlos Augusto Pingret de Carvalho.

Desembargador Natanael Caetano

Exatamente!

Desembargadora Maria Thereza Braga

Ficava à direita de quem entrava, uma placa muito bonita.

Desembargador Luiz Cláudio de Almeida Abreu

Primeiro foi escondido pelos caixas eletrônicos da Caixa Econômica e depois sumiram...

Desembargadora Maria Thereza Braga

Deveria ser refeito.

Desembargador Natanael Caetano

Na época, eu falei até com a Secretária de Gestão Documental para pesquisar publicações que contivessem fotografia daquela parede, daquele painel, mas ela não encontrou.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Mas penso que não seria difícil refazer porque, quando entrei, já havia essa placa, em 1974. Quando entrei, lembro-me de ter o nome de todos os juízes e dos substitutos.

Desembargador Natanael Caetano

É tão pouca gente.

Doutor Sebastião Rios Correa

Mas gostaria de retomar as informações sobre essa exposição feita no STJ. O STJ deve ter isso documentado.

Desembargador Natanael Caetano

Possivelmente. Foi feita em conjunto com a nossa Secretaria de Gestão Documental, e o STJ participou ativamente na elaboração dessa exposição.

Doutor Sebastião Rios Correa

Eles têm todo um salão, lá, de exposição.

Desembargador Natanael Caetano

Talvez a Assessoria de Comunicação Social tenha isso lá.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Nós já fizemos uma visita ao museu do STJ, justamente para nos inspirarmos com relação ao museu daqui, e lá é tudo muitíssimo bem organizado e acredito que haja registro disso.

Desembargador Natanael Caetano

Interessante que nós colocamos, inclusive, os processos mais antigos que tiveram curso aqui no Tribunal, e os mais rumorosos, como o caso Ana Lídia. Ficavam dentro de um escaninho fechado com vidro; ninguém tinha acesso ao processo, mas estava lá à vista, uma exposição do processo.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Quais foram esses processos?

Doutor Sebastião Rios Correa

Eu tenho para mim que isso está documentado naquele setor ali...

Desembargadora Maria Thereza Braga

É, no Arquivo Central. Eles têm um arquivo central. Eles têm o da Ana Lúcia, eles têm o inventário do Juscelino Kubistchek, eles têm o processo do Mário Eugenio, eles têm vários outros processos.

Desembargador Natanael Caetano

Eram esses processos e outros que havia lá em exposição. Foi uma coisa bastante interessante, com fotografias da instalação do Tribunal do Rio de Janeiro, da Bahia – que o Hermenegildo havia feito aqui –, com painéis grandes, dependurados. Ficaram lindos na exposição.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Como aquele que o senhor fez, não é Hermenegildo?

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Eu fiz, mas também não sei onde está.

Desembargador Natanael Caetano

Pois é, o problema é esse, os outros tiram e, ao invés de guardar, dão sumiço daquelas coisas, o que é um despropósito.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Eu visitei o museu do Estado de São Paulo, o Museu da Justiça. O Presidente do Tribunal, à época, me levou. Coisas de Rui Barbosa, coisas do início do século, está

tudo lá; processos rumorosos estão separados direitinho. Tem interesse, as pessoas têm interesse em ver isso.

Desembargadora Maria Thereza Braga

É essa nossa preocupação.

Desembargador Natanael Caetano

Resgatar a memória é complicado.

Doutor Sebastião Rios Correa

Parece-me interessante falar, também, dos fatos importantes quando da sua passagem pela presidência, além desses já mencionados.

Desembargador Natanael Caetano

Bom, na presidência, não vou dizer que teve fatos relevantes, mas, quando assumi, disse: “O que está feito aqui em termos de construção é o suficiente para o funcionamento do Tribunal. O que quero, na minha gestão, é o elemento humano para dar funcionalidade ao que já existe”. Quando fui vice-presidente do Tribunal, Carlos Augusto Machado Faria era o presidente, criamos os Juizados, porque a lei saiu e dava prazo, a toque de caixa, mas funcionou. Como havia uma gama de juizes trabalhando nos juizados...

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Aqueles informais, ainda.

Desembargador Natanael Caetano

Mas eram Juizados, já, Especiais. Nós criamos – o Desembargador Jeronymo era o Corregedor – a figura do Coordenador do Juizado Especial. A

coordenadora foi a Deleane, minha esposa, que tinha a função de normatizar o funcionamento dos juizados para que cada juiz não fizesse segundo o seu modo, mas que houvesse uma uniformização de condutas no acompanhamento e na conduta dos juizados. Ela era muito “caxias” nesse propósito.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Eu me lembro. Ela trabalhou muito nessa área. Eu dei, também, muito empenho aos juizados.

Até, estou me lembrando de uma coisa, faz mais ou menos dez anos que implantamos esse sistema dos juizados aqui em Brasília. Estava na época de o Tribunal fazer uma comemoração, fazer um evento, porque isso foi uma mudança completa na entrega da prestação jurisdicional que, ao lado da tradicional, que nunca funcionou muito bem por causa da quantidade de processos, criou-se esse microsistema de juizados especiais que hoje responde por algo em torno de quarenta ou de quarenta e poucos por cento das demandas que são estudadas, ajuizadas.

Penso que poderíamos fazer um evento.

Desembargador Natanael Caetano

Lembro-me que consegui, no Banco do Brasil, alguns ônibus para a instalação dos juizados itinerantes. O Banco do Brasil nos cedeu, doou ao Tribunal, o que nos permitiu criar esses juizados itinerantes. Depois, foram aperfeiçoados na gestão do Desembargador Hermenegildo.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Trabalhamos muito nisso. Creio que deveríamos comemorar. Faz uns dez anos.

Desembargador Natanael Caetano

Fui também eu quem editou, publicou e escreveu o primeiro volume dos juizados especiais.

Durante a minha gestão aqui, o fato que considero mais importante foi a elaboração da atual Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal. Devo dizer também que, quando o Tribunal de Justiça teve aumentado o seu número para quinze desembargadores, a proposta foi minha, e o presidente, na época, já me encarregou de fazer o projeto e a exposição de motivos. O Desembargador Valtênio Mendes Cardoso foi quem assinou e não tirou uma vírgula da exposição de motivos; do jeito que estava, do jeito que eu fiz, ele mandou. E conseguimos, também, ampliar o número de desembargadores no Tribunal.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Passou de dez para quinze.

Desembargador Natanael Caetano

Alguma coisa assim.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Dez para quinze foi quando a minha turma entrou.

Desembargador Natanael Caetano

Foi?

Desembargadora Maria Thereza Braga

Acho que foi depois, não foi?

Desembargador Natanael Caetano

Foi depois.

A Administração, como disse, não foi marcada por grandes acontecimentos, todavia deixei elaborado e implantado o projeto do Fórum do Núcleo Bandeirante, já iniciado na minha gestão. Já iniciado também na minha gestão o de São Sebastião; só não tive tempo de terminar. Também a reforma e o término da construção do prédio de Santa Maria, que já estava inaugurado, mas incompleto e sem nenhuma condição de funcionar. Trabalhamos muito nisso, reformamos o projeto do telhado, que era completamente errado. O telhado, ao invés de jogar água para fora, água de chuva, ele fazia o contrário, jogava para dentro. Toda a água de chuva caía dentro do Fórum. Essa coisas, tivemos muito trabalho para fazer, muito trabalho.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Esse prédio foi inaugurado de forma muito difícil de entender.

Desembargador Natanael Caetano

De afogadilho.

Doutor Sebastião Rios Correa

O Desembargador Hermenegildo fez uma proposta de comemoração dos dez anos dos juizados especiais. Penso que o Tribunal deveria ter uma certa abertura, deveria ter uma certa democratização, porque, muitas vezes, os problemas não são suficientemente discutidos ou, então, discutidos apenas entre os desembargadores. Conversa-

mos a respeito da participação dos aposentados, que andam tão distantes daqui.

Gostaria de que você tecesse alguma consideração a respeito dessa proposta, com o meu adendo, de que deveríamos discutir melhor. Parece-me que esses tribunais e juizados especiais também estão abarrotados, não estão atendendo às necessidades dos jurisdicionados. Gostaria que o senhor acentuasse um pouco – considere muito importante – essa questão de que não fez grandes construções de prédios, mas teve uma preocupação muito grande com o elemento humano. Isso é fundamental. Estamos não somente nesse Projeto Memória, mas também com outro projeto que é a comemoração, a celebração dos 50 Anos do Tribunal. Nessa comemoração dos cinquenta anos, penso que devemos ter a preocupação de não ficar numa comemoração apenas de desembargadores, apenas do Tribunal, mas que houvesse uma maior participação principalmente de servidores.

Desembargador Natanael Caetano

Considero isso importante também. Devemos estimular esse tipo de coisa.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Desembargador, na sua carreira, qual a matéria que mais o seduziu? O criminal, o cível, a vara da fazenda pública ou a administração?

Desembargador Natanael Caetano

Considero a minha predileção a cível, realmente, embora, quando fui Juiz na Vara de Fazenda, considerava que fosse a vara mais completa que havia no Distrito Federal.

Por-

que ela tem toda a competência dos juizes de vara cível mais aquelas que são privativas dela, com mandado de segurança, administrativo. Então, era uma vara completa e isso era bom porque permite a gente estudar mais e trabalhar mais, aprender mais alguma coisa. Gostei muito da vara de fazenda, tanto é que fiquei lá dez anos. Mas a minha predileção sempre foi o cível.

Aqui, fiz parte da banca examinadora de concurso de juizes várias vezes, sempre examinando Direito Civil e Processo Civil. Inclusive, na gestão do Desembargador Luis Cláudio de Almeida Abreu, fiz parte da banca, examinando essas matérias. Depois, como presidente da banca, quando era vice-presidente do Tribunal de Justiça, examinei e continuei examinando Direito Civil e Processo Civil. Parece que eram as matérias que mais me agradavam.

Doutor Sebastião Rios Correa

Mas a sua primeira promoção foi para Vara Criminal. Por que não havia outra opção?

Desembargador Natanael Caetano

Fui para a Vara Criminal porque não havia outra opção e, também, porque não tinha dificuldade nenhuma. Havia sido Juiz em Goiás, como disse, durante seis anos.

E é interessante que, quando tomamos posse – fazendo um parêntese –, fomos designados para o Júri, Carlos Augusto Faria e eu. Carlos Augusto era Procurador da República e nunca havia feito um Júri na vida dele. Tomamos posse e, no dia seguinte, ele tinha um Júri. Ficou apavorado. Eu disse: “Doutor, não se preocupe não, eu faço o Júri para você”. “Mas você?!” Digo: “Eu já fiz por seis anos, já fiz Júri para danar no Estado de Goiás”. Fui, presidi o Júri, passei um roteirozinho para ele, ele sentou ao meu lado – ele, muito inteligente, Carlos Augusto é

de uma inteligência rara – e, na sessão seguinte, presidiu sem nenhum problema. A minha experiência já ajudou em alguma coisa, não é?

Quero dizer, também, que uma coisa que fiz aqui no Tribunal na minha gestão, que considero importante, foi a instauração da chamada Justiça Moderna, que hoje está em pleno desenvolvimento, que é a informatização de quase tudo que existe de mais moderno no Tribunal.

Também uma coisa que consegui, que considero que foi formidável, porque propicia, ou propiciou, pelo menos, uma possibilidade de ter uma renda extra para o Tribunal, foi o convênio que fiz com a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BRB. São os bancos que mantêm os depósitos judiciais que, naquela época, assumiam astronômica soma. Os bancos aplicavam esse dinheiro, sem nenhuma despesa com a captação, porque a gente que mandava fazer o depósito. Fiz esse convênio estabelecendo que eles passariam para o Tribunal um percentual sobre o rendimento que estivessem tendo com a aplicação desse dinheiro. Isso nos possibilitou receber um bocado de dinheiro do Banco do Brasil e, até hoje, está em funcionamento; tem um grupo gestor, atualmente, que supervisiona isso.

Doutor Sebastião Rios Correa

Como chama esse projeto?

Desembargador Natanael Caetano

Não me lembro mais, mas lembro-me que, no Colégio de Presidentes, diversos estados tentaram isso, de forma diferente. Eles fizeram uma lei, e essa lei nunca foi considerada inconstitucional, porque estava pegando dinheiro que seria público. Então, falei: “Não vou fa-

zer lei, vou fazer um convênio com o banco, e se o banco não quiser, não faço mais depósito nele, vou depositar no banco que esteja disposto a participar”.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Essa fórmula que você encontrou foi mais inteligente, porque veja: os bancos são nossos parceiros, mas parceiros que só levam vantagens. Eles pagavam um jantar, no final do ano, para confraternização dos magistrados. Isso é absolutamente inexpressivo. Então, esse projeto é uma grande idéia.

Desembargador Natanael Caetano

E está funcionando. E a informalidade, porque nós contrataríamos o serviço... Vamos supor: o diretor do fórum precisa fazer determinado serviço. O banco contrata o serviço e paga. Então, nós não temos de tocar no dinheiro, mas temos de usar o dinheiro como quisermos e o banco é obrigado a repassar esse dinheiro, sustentar a obra. Então, penso que isso foi um projeto que trouxe grande vantagem para o Tribunal e que também foi uma coisa que marcou a minha gestão.

E algumas outras coisas que não me ocorrem de plano, mas é claro que fiz muita coisa aqui no Tribunal, como Presidente, dentro do que eu podia fazer.

Doutor Sebastião Rios Correa

Desembargador Natanael, anotei aqui duas coisas que me chamaram a atenção.

Primei-

ramente, foi quando o Senhor fez referência de que lá naquela Comarca de Goiás houve alguma festividade e a sua esposa tocou piano. Uma das coisas que gostaria que o Senhor fizesse um comentário: não seria o caso de o Tribunal ter uma preocupação com outras atividades? A atividade da magistratura é árida, estressante: não seria o caso de, uma vez por mês, encontrarmos-nos para discutir a respeito de outras coisas: literatura, canto, música, e até mesmo fazer um sarau, trazer a esposa para tocar um piano? A gente sabe que não somente a sua esposa, mas o Senhor, também, são artistas, e tem mais um filho que é músico, não tem? É tanta coisa boa que podia acontecer num final de tarde, numa sexta-feira, fazermos uma coisa diferente.

E outra coisa que anotei, também, quando o Senhor fez referência à sua participação como juiz na sociedade. Tenho para mim que os nossos magistrados são muito afastados da sociedade. Uns consideram que o juiz tem de ser uma pessoa que tem de se isolar, não pode estar em contato com a sociedade. Seria de toda conveniência que houvesse certa democratização, que o juiz tivesse maior participação. Tanto problema que os juízes acreditam que não devem se manifestar!

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

O sistema dos juzgados permitiu uma aproximação, mas juzgados são limitados, na sua competência, para pequenas causas. Os juzgados têm uma participação do juiz, a Justiça tradicional não tem nada.

Desembargador Natanael Caetano

Mas tem. Hoje em dia não podemos dizer que a Justiça, em

Brasília, é inacessível ou é cara. Absolutamente. Então, temos, judicialmente, uma aproximação com o público em razão de que, aqui, qualquer um que tiver de entrar com uma ação, entra. Se tiver dinheiro ele paga; se não tiver dinheiro ele não paga. Mas ele tem o acesso livre a qualquer instância da nossa Justiça. Então, essa facilidade existe.

Mas o que o Doutor Rios está propondo é uma interação do juiz com a população. Não é isso Doutor Rios? Uma aproximação informal, até para que pudéssemos conhecer melhor...

Doutor Sebastião Rios Correa

Até para discutirmos sobre as grandes questões que estão aí colocadas.

Houve um projeto do Oscar Niemeyer a respeito da Praça da Soberania; a gente está vendo a violência que está acontecendo; há um projeto da AMAGIS para que a Justiça vá à escola e nós não vemos essa participação. Não vejo, muitas vezes, maior integração entre a magistratura, o Ministério Público e a OAB. Penso que nós poderíamos fazer muito mais em benefício da sociedade do que na realidade acontece.

Desembargador Natanael Caetano

Mas na minha gestão, estimulamos esse programa. Eu, pessoalmente, fui a diversas escolas para conversar com alunos e com professores. E era uma coisa muito gratificante, porque víamos que os alunos tinham interesse em conhecer o juiz, em saber se "o juiz é gente, poxa!, ou não é gente?". O juiz, para eles, é uma figura lá longe, inacessível. Então, eu fazia questão de mostrar para eles que não era não, que o juiz era só uma pessoa que o Es-

tado pagava para tentar compor os interesses em conflito, mas que era uma pessoa como qualquer outra.

Também, uma coisa que estimei aqui foi a Justiça Comunitária, a qual o Desembargador Minervino iniciou. Creio que isso deu muito resultado; é uma coisa que diminui bastante a busca do Judiciário para compor os conflitos. Todo mundo conhece o que vem a ser a Justiça Comunitária: os próprios agentes da comunidade procuram compor os interesses em conflito, antes de chegarem à Justiça do Distrito Federal. Então, isso eu estimei muito na minha gestão e o resultado foi bom e está sendo bom. Hoje mesmo recebi umas revistas da Justiça Comunitária; muito estimulante. E, quando isso estava em funcionamento, recebi representantes de diversos Estados da América Central e da América do Sul buscando subsídios para implantar o mesmo sistema no território deles. Lembro-me que um desses países da América Central até o emblema da Justiça Comunitária eles copiaram o nosso, idêntico ao que estava aqui, e ficaram gratíssimos pela ajuda, pela colaboração. Então, creio que fizemos aqui o que podíamos.

Podemos dizer, também, a propósito do que o Dr. Rios está colocando sobre a atividade de magistrado, que sempre tive as minhas outras atividades. Sempre gostei de escrever – publiquei alguma coisa –, e sou membro da Academia de Letras e Artes do Planalto; ocupo a cadeira de número quinze, cujo patrono é o Cruls, coincidentemente. Estou lá já há alguns anos. A gente está sempre fazendo as nossas tertúlias, os nossos encontros e conversando sobre literatura, etc. É em Luziânia a sede. E outras atividades particulares de lazer que sempre fiz; praticava algum esporte, essa coisa toda sempre foi do meu feitio.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Desembargador, dentro da sua vasta experiência, qual seria a sua sugestão ou, então, qual seria a modificação que o Senhor considera que deveria ser feita para melhorar o funcionamento da Justiça e todos esses aspectos que estamos conversando? Um projeto que o Senhor gostaria de executar, se estivesse na presidência, ou uma sugestão sua como Juiz para os serviços, uma modificação para a legislação, para facilitar, para agilizar, para melhorar.

Desembargador Natanael Caetano

Penso que podemos melhorar muito os serviços da Justiça, se dermos aprimoramento para o funcionário. Creio que o servidor tem de ser aprimorado, tem de ter oportunidade de aprender para trazer alguma vantagem para nós. Não adianta a gente querer que o funcionário produza bem e produza muito se ele não tiver o preparo necessário para isso. Então, creio que deveríamos ter uma escola ou algo desse tipo.

Lembro-me que na época do Desembargador Waldir Meuren, dei aulas para oficiais de justiça e diversas outras categorias para melhorar a qualidade dos serviços por eles prestados. Se isso fosse realizado periodicamente, traria grande vantagem para o desenvolvimento do trabalho prestado aqui no Distrito Federal, da nossa Justiça. Penso que a realização desses cursos seria uma forma de melhorar a prestação jurisdicional por aqueles que fazem o

serviço executivo: que expedem mandados, que cumprem as diligências, etc. Isso é fundamental.

Penso que, também, precisávamos ter mais autonomia para propor os nossos projetos de lei. Na verdade, o Poder Judiciário nunca teve essa autonomia. Diz a Constituição que ele é autônomo, mas só fica na lei, porque, se mandamos um projeto de lei, todo e qualquer parlamentar se sente no direito de fazer alguma modificação para introduzir alguma coisa que seja do interesse dele ou que não seja de interesse do outro. Então, se a gente faz o projeto, encaminha o projeto, que foi estudado, que vai atender aos interesses do Judiciário, deveríamos ter, pelo menos, autonomia, e ninguém mexer naquilo mais. Mandamos daquele jeito, vai ser daquele jeito. Aprova ou não aprova, mas não desfigure o projeto, porque senão passa a existir uma lei que não atende às nossas necessidades, e isso é muito ruim. Penso que poderíamos buscar uma solução.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Esse é um ponto que considero, realmente, melindroso. O Tribunal faz pesquisas, investe para identificar os seus problemas e faz o projeto. O projeto chega lá, eles mudam tudo e, depois, você tem de aplicar a lei que vem de lá.

Doutor Sebastião Rios Correa

Aí é que gostaria de suscitar uma questão. Não é falta de democracia? Porque penso que seria importante que eles tivessem liberdade, também, de dar algumas sugestões. O que não posso aceitar é que eles façam qualquer alteração sem discutir com a parte interessada. Pode ser, até, que eles tenham razão nisso. O

que me parece é que não estamos habituados com esse exercício democrático.

Desembargador Natanael Caetano

É verdade.

Doutor Sebastião Rios Correa

Então, vamos nos encontrar: “Vocês têm dúvida quanto a isso aqui?” Penso que isso é que deveria se fazer. E mais, creio que, nesse ponto, o juiz, muitas vezes, tem essa liberdade, se ele está firme nos princípios gerais do Direito, de dizer: “Houve essa modificação aqui, mas a fonte histórica não é essa.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

O nosso Tribunal tem se empenhado muito nessa vertente de aperfeiçoar o servidor. O Tribunal tem investido muito. Em várias gestões o Tribunal vem investindo nisso. O que o Tribunal não pode fazer é mexer nas leis, as leis de processo que têm sido remendadas no Código de Processo Civil, no Código de Processo Penal. A grande crítica que se faz ao Poder Judiciário é a demora, e não se consegue agilizar porque você tem ali um cipal de problemas, de recursos, de promessa. Mas o Tribunal tem feito bastante coisa, não só melhorando a condição do servidor como, também, aqui dentro, das nossas condições, por exemplo, de informática.

Penso que, também, podia se contar alguma coisa sobre a sua contribuição nessa área da Informática.

Desembargador Natanael Caetano

A área da Informática sempre foi melindrosa aqui no Tribunal. Importante e melindrosa, difícil de administrar, porque ela implica conhecimentos muito específicos, técnicos,

e temos de nos contentar com o que a nossa Secretaria de Informática pode nos fornecer. Penso que isso foi uma coisa que insisti muito na minha gestão, de melhorar a informatização no Tribunal. Conseguimos muitas coisas, inclusive a aquisição de computadores, a “vulgarização” dos laptops, que todo juiz tem. Isso foi uma coisa que trabalhamos bastante, como o Desembargador Hermenegildo Gonçalves também trabalhou nesse aspecto. Todos os Desembargadores presidentes têm enfatizado a necessidade de aprimoramento da informatização do Tribunal. Nosso Tribunal é um dos mais bem informatizados do País. Lembro-me, quando estávamos no Colégio de Presidentes dos Tribunais, que se falava muito na Justiça de São Paulo, e a Justiça de São Paulo era a menos informatizada do País.

Penso também, Desembargadora, que por termos já, aqui, bem avançada a informatização do Tribunal, é que somos o quarto maior tributário de recursos para os Tribunais Superiores. Primeiro vem São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal, depois é que vem Rio Grande do Sul, etc.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Esse sistema “push” é um negócio excepcional para os advogados. Quem está exercendo a advocacia, do seu escritório acompanha o processo e isso lhe traz muito conforto, ganho de tempo. Não precisa vir ao Tribunal, ficar no balcão tentando obter informação, a informação está à sua disposição via e-mail. Ele tem os despachos, tem a movimentação de processos. O que ele não tem, ainda, e estou até pensando em sugerir isso, é que as decisões interlocutórias sejam publicadas na íntegra.

Desembargador Luiz Cláudio de Almeida Abreu

Algumas são, nem todas.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Penso que precisavam ser todas, porque dessa decisão cabe agravo. Então, o que custa, já que o juiz já digitou? E não tem de economizar, pensar nisso, porque o meio é eletrônico. Então, o que é que custa colocar. Coloca no Diário, que também é eletrônico, a íntegra da decisão, lá expõe as razões do juiz e o advogado nem precisa vir aqui para fazer seu recurso. Creio que poucos Estados têm isso.

Desembargador Luiz Cláudio de Almeida Abreu

A grande verdade nisso tudo é que o excesso brutal de volume de serviços emperra o bom andamento da Justiça. Se você for acompanhar o dia-a-dia do processo, você vê que coisas mínimas que poderiam ser resolvidas, como uma (inaudível) do funcionário ao (inaudível) advogado, são postergadas porque não há meios materiais de qualificar esse ato.

O caso do Juizado Especial, se me permitem voltar a ele, é típico. Ele foi criado para democratizar o acesso – e isso é indiscutível que democratizou – e, também, para acelerar os julgamentos. Previa-se, na lei, o julgamento em três meses. Acompanhe, hoje, o andamento de um processo no Juizado Especial: dois anos para julgar. Por quê? Porque falta pessoal.

Desembargador Natanael Caetano

É o acúmulo de serviço. Tem serviço demais.

Desembargador Luiz Cláudio de Almeida Abreu

Não estou criticando o juiz não, estou fazendo a análise da realidade do Judiciário.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Desembargador Luiz Cláudio, eu, data venia, quero fazer uma intervenção. No ano passado sugeri ao atual vice-presidente a realização de um mutirão nos juizados cíveis, que tinham cerca de mil e seiscentas sentenças conclusas. Muito bem, por que sugeri isso? Porque sou um grande defensor do juizado, e isso desacredita o sistema. Bem, o que ele fez? Com os juizes novos, substitutos, fez-se um mutirão, distribuiu-se para cada um, certo número de processo. Em um mês o serviço foi posto em dia. Mil e seiscentas sentenças em um mês! Dessas sentenças, um percentual mínimo de recurso, porque a matéria é toda conhecida, Tribunal tem posição. O que estava faltando? Estava faltando alguém trabalhar, não é verdade? Era isso que estava faltando. Certo juiz acumulou oitocentos processos para dar sentença. Ora, se eu fosse juiz no Juizado, como o sistema é oral, é simplificado, tentaria dar sentença na hora, na maioria dos casos. Era isso, aliás, que o legislador esperava quando fez esse sistema. Agora, o cidadão acumula trezentos, quatrocentos, quinhentos processos para dar sentença! Isso está errado!

Desembargador Natanael Caetano

Hoje em dia, se você entrar com uma ação na Justiça Comum que permite o julgamento antecipado, é muito mais rápido do que entrar no Juizado Especial.

Desembargador Luiz Cláudio de Almeida Abreu

Outro aspecto é o (inaudível) do tempo e do espaço. Por que o Judiciário, na parte de secretaria, não funciona no período da manhã? Bom, esse é outro problema.

Desembargadora Maria Thereza Braga

Desembargador Natanael Caetano, gostaria que o Senhor falasse a respeito do seguinte: nós, que somos aposentados, e o Senhor – que viveu também com os códigos antigos –, como civilista, o Código Civil de 1916, e agora essa mudança de 2002 para cá do Código Civil novo, qual a sua opinião a respeito disso? Melhorou ou piorou?

Desembargador Natanael Caetano

Acredito que melhorou muita coisa. O Código novo trouxe inovações que considero salutares, inclusive quanto ao problema de prescrição, que já melhorou bastante; os advogados sabem disso, e nós juízes também. Algumas alterações que abalaram nossas antigas convicções do Código de 1916 mudaram, e isso, para mim, foi muito bom. Essa redução da menoridade; a capacidade civil plena passando para 18 anos, isso tudo considero que foi um acompanhamento das nossas necessidades atuais. E, dentre outros, vários assuntos que o Código inovou e que foram bem vindas para a nossa administração.

Gostaria de dizer, também, que uma coisa que fiz na minha gestão, que considero que foi muito bom, foi a criação dos “drive thru”. Criamos vários e isso facilitou demais a vida dos advogados que trabalham nas cidades satélites e que precisavam trazer uma petição para cá. Dava entrada lá, e pronto. Fizemos isso na Ceilândia, em Taguatinga, fizemos para todos os lados esse “drive thru”, até aqui, na porta do Fórum. Nós que implantamos, durante minha gestão, com o auxílio indispensável do Desembargador Getúlio Moraes Oliveira, que era o meu Corregedor. Isso também foi uma realização que considero importante durante a minha gestão.

Doutor Sebastião Rios Correa

Gostaria de que V. Ex.a tecesse um comentário. Quando fiz referência a essa maior participação dos juízes na comunidade, observei que foi citada aqui a questão do horário. Por que os juízes só podem funcionar na parte da tarde? Estamos com um congestionamento de carro muito grande, na saída da cidade, às 6 horas da tarde – para qualquer lugar –, principalmente para o aeroporto. Quanto a isso, não poderia haver uma contribuição? Penso que, nessa troca de experiências... Por que o juizado também não pode funcionar na parte da manhã, em horários diferentes? Uma troca. Isso não beneficiaria também até a questão do trânsito?

Desembargador Natanael Caetano

Acho que o juizado funciona, quase todo, na parte da manhã para receber a redução a termo da sua pretensão.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Quando o cidadão vai lá e conta a história dele?

Desembargador Natanael Caetano

É, para contar o caso.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Isso, na verdade, seria reduzir a termo.

Desembargador Natanael Caetano

Isso. Redução a termo. Isso acontece muito de manhã. Não é Desembargador Luis Cláudio?

Desembargador Luiz Cláudio de Almeida Abreu

É verdade.

Desembargador Natanael Caetano

Acontece muito de manhã. A audiência não.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Hoje, vivo nesse negócio de Ouvidoria e acabo tendo um feedback dos problemas, não é? O problema maior mesmo é a morosidade. Vejam, por exemplo: o cidadão está acompanhando o processo dele e diz lá assim: “Em data tal, para

fazer juntada”. Trinta dias depois não foi feita a juntada. Aí, o cidadão mandou um e-mail perguntando assim: “Eu queria que me explicasse se fazer juntada é muito difícil”.

Desembargador Luiz Cláudio de Almeida Abreu

São certas dificuldades que o computador trouxe. Não podemos negar a importância da informática em qualquer ramo da atividade humana. Na Justiça, então, nem se fala. O Judiciário, hoje, está razoavelmente avançado em função do computador, isso não tem dúvida nenhuma. Acontece que há um reverso dessa verdade, e um reverso negativo. No nosso tempo, quando éramos juizes, despachávamos no bojo da petição: “Junte-se (inaudível)”, “Junte-se (inaudível)”. Hoje não, para você pedir o desentranhamento de um mandado, você tem de dar entrada num cartório, o cartório tem de levantar que a petição entrou, isso vai para o andamento do processo na Internet, vai para o juiz e o juiz nunca despacha a petição. Isso leva um dia, dois, três dias, só para juntar a petição já se leva alguns dias. Para o juiz despachar o “desentranhe-se e cumpra-se o mandado”, a coisa leva dois meses, o que se fazia de um dia para outro no nosso tempo.

Desembargador Natanael Caetano

Exatamente. Esse é o defeito do que chamamos aqui de “sistema”.

Doutor Sebastião Rios Correa

Para os novos juizes que estão em exercício, o que você tem a dizer? Uma mensagem para o melhor funcionamento da Justiça.

Desembargador Natanael Caetano

Penso que a primeira coisa que temos de recomendar aos juízes é o cumprimento do horário, porque temos, aqui, juízes que chegam tarde ao Tribunal e vão embora cedo. Isso não está certo. O jurisdicionado precisa saber que irá ao Tribunal e encontrará o Juiz no Fórum na hora em que chegar lá. Então, recomendo mesmo aos juízes que levem a sério esse problema do horário e que cumpram com humildade a sua função, porque não há nada pior do que a “juizite”, que todo mundo sabe. Tem caso de juízes que não recebem o advogado. Gente, não é possível uma coisa dessas! O advogado é um operador do Direito, é um colaborador da Justiça da mesma forma que o juiz, o promotor, o delegado etc. Então, se ele não pode ter acesso ao juiz para trocar idéia, para levar um fato ao conhecimento do juiz, porque, às vezes, é importante para o deslinde da causa, penso que o juiz está cometendo uma agressão contra a administração da Justiça.

Desembargador Luiz Cláudio de Almeida Abreu

Parece uma doença crônica, atual, no Judiciário.

Desembargador Natanael Caetano

Infelizmente. Infelizmente, mas isso precisa ser mudado.

Desembargador Luiz Cláudio de Almeida Abreu

É uma questão de cultura.

Desembargador Natanael Caetano

Sem dúvida, mas temos de mudar essa cultura. Penso que o Juiz tem de ter consciência da importância dele no deslinde das causas e a necessidade da humildade para receber as pessoas, para entender as pessoas, para conversar com as pessoas. Nunca deixei de receber uma parte porque, muitas vezes, a parte só quer ser ouvida

pelo juiz. Só o fato de receber a parte e ouvi-la para dizer o que ela quer dizer... Às vezes, a parte é paupérrima, humílima, que vem falar com a gente; ela já sai dali feliz da vida porque o juiz a ouviu. Então, é preciso que os juízes deem oportunidade a isso e que não se esqueçam de que também são gente e que ninguém é semideus nem é Deus. Então, o juiz tem de ter a humildade de saber receber e conduzir-se, como magistrado, tendo em vista, sempre, o interesse na composição do litígio. Não se sabe como nem de que modo seja preciso, mas o que for preciso fazer, ele deve fazer para facilitar e ser mais atencioso na condução dos processos.

Hoje, temos uma quantidade de funcionários, que na época que éramos juízes, todos nós aqui, não tínhamos: assessor de juiz, chefe de gabinete de juiz etc, que a grande maioria faz a sentença para o juiz. Então, nem precisam de um juiz! Se ele permite esse tipo de coisa, que ele tenha, pelo menos, a atenção de ler o processo, ver se aquela decisão está correta, e não assinar, em branco, embaixo do que o servidor fez. Penso que isso é fundamental, sob pena de não ser preciso mais juiz, não é? Então, os juízes precisam fazer isso, cumprir o horário – esse horário é fundamental. Esse negócio de, na sexta-feira, numa circunscrição judiciária qualquer dessas aí, chegar lá, o juiz não estar e o diretor do cartório dizer: “Não, ele está trabalhando em casa”. Isso é balela, todo mundo sabe que isso é balela, não está trabalhando em casa coisa alguma! Se for trabalhar em casa, que trabalhe no sábado, no domingo, na segunda, todos os dias, não é preciso ter uma sexta-feira para o cidadão não ir lá.

Então, a minha recomendação é que o juiz seja mais diligente, seja mais produtivo, seja mais preo-

cupado com a qualidade do serviço que presta e com a humildade necessária para desempenhar essas funções. Fora disso, não temos juízes.

Doutor Sebastião Rios Correa

Agradecemos a entrevista. Foi muito boa. Creio que temos muita coisa para pensar.

◀*fim*▶

DATA DA ENTREVISTA

12/03/2009

LOCAL

Brasília

ENTREVISTADO

Desembargador Natanael Caetano Fernandes

ENTREVISTADORES

Desembargadora Maria Thereza de Andrade B. Haynes

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Desembargador Luiz Claudio de Almeida Abreu

Juiz de Direito Sebastião Rios

TRANSCRIÇÃO

Victoria Iwanow – SERAMI

REVISÃO

Otacílio Guedes Marques – SERAMI

Patrícia Rodrigues de Sousa – SERAMI

PROJETO GRÁFICO

Diego Vilani Morosino – ACS

DIAGRAMAÇÃO

Roberta Bontempo Lima – ACS



PROGRAMA
**HISTÓRIA
ORAL**

DESEMBARGADOR
NATANAEL CAETANO
FERNANDES

SERAMI

Serviço de Apoio à
Memória Institucional

SEGD

Secretaria de Gestão
Documental

GPVP

Gabinete da Primeira
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

TJDFT